

áreas da filosofia

lista bibliográfica de apoio à disciplina de filosofia I 8



História da Filosofia

Filosofia Moderna

Áreas da filosofia

lista bibliográfica de apoio à disciplina de filosofia I 8



HISTÓRIA DA FILOSOFIA

FILOSOFIA MODERNA



Série: Áreas da Filosofia, n.º 8 | Filosofia Moderna

Seleção: Emília Laranjeira

Seleção web: Isabel Bernardo

Desenho gráfico: Isabel Bernardo

Paginação: Conceição Sacarrão e Fernanda Cravo

Edição: Biblioteca Escolar Clara Póvoa

Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, Cantanhede, 2017

Organizadas por temas relacionados com o programa da disciplina de Filosofia, as *Listas bibliográficas de apoio à disciplina de Filosofia* apresentam dois tipos de recurso:

- documentos livro, áudio e vídeo disponíveis na Biblioteca Escolar Clara Póvoa para consulta presencial e requisição domiciliária
- fontes eletrónicas *online* que podem servir de ponto de partida para explorações / estudos mais aprofundados.

À medida que o fundo documental da BECP se for enriquecendo, estas listas bibliográficas serão atualizadas.



René Descartes
Cota: 1(09) ABB



O problema que domina toda a especulação de Descartes é o do homem Descartes. O procedimento de Descartes é essencialmente autobiográfico, mesmo quando (como nos *Princípios*) tem a pretensão de no-lo expor em forma objetiva e escolar. O seu precedente e o seu exemplo é Montaigne, «O meu escopo», diz Descartes (*Disc.*, I), «não é o de ensinar o método que cada um deve seguir para bem conduzir a própria razão, mas tão-só fazer ver de que modo procurei conduzir a minha.» Como Montaigne, Descartes não quis ensinar mas descrever-se a si mesmo e teve por isso de falar na primeira pessoa. O seu problema emerge da necessidade de orientação que ele sente ao sair da escola de La Flèche, quando, embora tivesse assimilado brilhantemente o saber da sua época, se dá conta de que não está de posse de nenhum critério seguro que lhe permita distinguir o verdadeiro do falso e que tudo o que aprendeu de pouco ou de nada lhe serve para a vida... (p. 31)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.^a ed.) (Vol. 6). Lisboa: Presença.

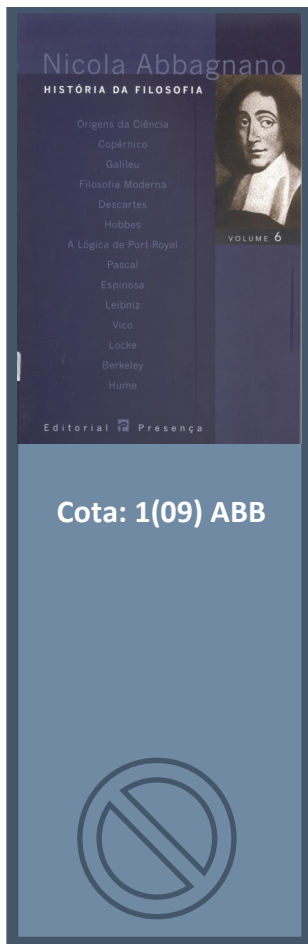


René Descartes

Cota: 1(09) ABB



O problema do homem Descartes e o problema da reta razão ou da bona mens (isto é, da sabedoria da vida) são, na realidade, um só e mesmo problema. Descartes não procurou senão resolver o seu próprio problema; porém, a solução encontrada para ele não vale apenas para si mas para todos os homens, porque a razão que constitui a substância da subjetividade humana é igual em todos os homens, uma vez que a diversidade entre as opiniões deriva apenas dos diversos modos de conduzi-la e da diversidade dos objetos a que se aplica. Este princípio da unidade da razão, que é, por conseguinte, a substancial unidade dos homens na razão, foi a primeira grande iluminação de Descartes, a de 1619. Nas *Regulae*, que são, sem dúvida, o primeiro escrito em que a iluminação é referida, o filósofo afirma claramente a unidade do saber humano, fundado na unidade da razão... (pp. 31-32)



Encontrar o fundamento de um método que deve ser o guia seguro da investigação em todas as ciências só é possível, segundo Descartes, mediante uma crítica radical de todo o saber. É necessário suspender, pelo menos uma vez, o assentimento a todo o conhecimento comumente aceite, duvidar de tudo e considerar provisoriamente como falso tudo o que seja suscetível de ser posto em dúvida. Se, persistindo nesta atitude de crítica radical, se chegar a um princípio sobre o qual não seja possível a dúvida, esse princípio deverá ser considerado extremamente sólido e tal que possa servir de fundamento a todos os outros conhecimentos. Em tal princípio se encontrará a justificação do método.

A dúvida cartesiana implica dois momentos distintos: 1.º - o reconhecimento do caráter incerto e problemático dos conhecimentos sobre os quais recai; 2.º - a decisão de suspender o assentimento a tais conhecimentos e de considera-los provisoriamente falsos. O primeiro momento é de caráter teórico, o segundo é de caráter prático e implica um ato livre da vontade. A doutrina cartesiana do livre-arbítrio está já implícita neste segundo momento... (p. 36)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.ª ed.) (Vol. 6). Lisboa: Presença.



René Descartes
Cota: 1(09) ABB



Descartes divide em três categorias todas as ideias: as que me parece haverem nascido em mim (inatas); as que me parecem estranhas ou vindas do exterior (adventícias); e as formadas ou encontradas por mim próprio (factícias). À primeira classe de ideias pertence a capacidade de pensar e compreender as essências verdadeiras, imutáveis e eternas das coisas; à segunda classe pertencem as ideias das coisas naturais; à terceira, as ideias das coisas quiméricas ou inventadas. Ora, entre todas as ideias não há nenhuma diferença se as considerarmos do ponto de vista da sua realidade subjetiva, isto é, como atos mentais; mas se se consideram do ponto de vista da sua realidade objetiva, isto é, das coisas que representam ou de que não são imagens, são diferentíssimas umas das outras.

Deste ponto de vista, podem ser examinadas para se descobrir a causa que as produz. Ora, as ideias que representam outros homens ou coisas naturais nada contêm de tão perfeito que não possa ter sido produzido por mim... (p. 40)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.^a ed.) (Vol. 6). Lisboa: Presença.



René Descartes

Cota: 1(09) ABB



... Mas no que se refere à ideia de Deus, isto é, de uma substância infinita, eterna, onisciente, onipotente e criadora, é difícil supor que possa eu próprio tê-la criado. A ideia de Deus é a única ideia em que há alguma coisa que não poderia vir de mim próprio, na medida em que eu não possuo nenhuma das perfeições que estão representadas nessa ideia. Descartes afirma, em geral, que a causa de uma ideia deve ter sempre pelo menos tanta perfeição quanto a que a ideia representa. Por isso, a causa da ideia de uma substância infinita só pode ser uma substância infinita; e a simples presença em mim da ideia de Deus demonstra a existência de Deus. Esta demonstração cartesiana modela-se decerto pelas demonstrações escolásticas fundadas sobre o princípio de causalidade; mas, ao contrário delas, não parte das coisas sensíveis para chegar, através da impossibilidade de remontar ao infinito, à causa primeira; mas parte, sim, da simples ideia de Deus e ascende imediatamente do seu conteúdo representativo à sua causa... (p. 40)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.^a ed.) (Vol. 6). Lisboa: Presença.



René Descartes

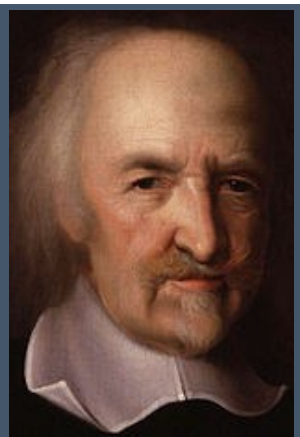
Cota: 1(09) ABB



... A prova é, assim, unicamente fundada sobre a natureza que Descartes atribui às ideias e é típica do cartesianismo.

Em segundo lugar, posso chegar a reconhecer a existência de Deus, mercê da mesma consideração de finitude do meu eu. Eu sou finito e imperfeito, como é demonstrado pelo facto de que duvido. Mas se eu fosse a causa de mim mesmo, teria concedido a mim próprio as perfeições que concebo e que estão precisamente contidas na ideia de Deus. É, pois, evidente que não fui criado por mim e que devo ter sido criado por um ser que possui todas as perfeições de que eu tenho a simples ideia. Também o ponto de partida desta segunda prova é a presença no homem da ideia de Deus; além disso, esta segunda prova é fundada sobre o reconhecimento da própria finitude por parte do homem. Descartes estabelece uma estreita conexão entre a natureza finita do homem e a ideia de Deus. (p. 40)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.^a ed.) (Vol. 6). Lisboa: Presença.



Thomas Hobbes
Cota: 1(09) ABB



Entendida como faculdade de calcular, a razão não é nem infalível nem inata; é uma capacidade que se obtém com o exercício e que consiste em primeiro lugar em impor os nomes e em segundo lugar em possuir um método para se passar dos elementos, que são precisamente os nomes, às asserções obtidas mediante a ligação de uns sons com os outros, aos silogismos, que são as conexões de uma asserção com outra, até ao conhecimento de todas as consequências dos nomes que pertencem ao sujeito em causa: conhecimento a que os homens chamam ciência (Lev., 5). A ciência é, portanto, segundo Hobbes, não já conhecimento dos factos que são, ao invés, objecto dos sentidos e da memória, mas conhecimento das consequências e da dependência causal de um facto em relação ao outro. O conhecimento desta dependência, com base no princípio de que causas semelhantes produzem efeitos semelhantes, dá aos homens a possibilidade de prever os factos e de tirar proveito de tal previsão. (p. 57)



Blaise Pascal
Cota: 1(09) ABB



Descartes abriu à razão humana todas as vias e todos os domínios possíveis; Pascal, ao invés, reconhece-lhe os limites. Fora da razão e das suas possibilidades, encontra-se, segundo Pascal, o mundo propriamente humano, a vida moral, social e religiosa do homem. Mas também no mundo da natureza, onde a razão é árbitro, o seu poder encontra um duplo limite.

O primeiro limite é a experiência. A experiência não vale, como sustentava Descartes, só para decidir qual das diversas explicações possíveis, que a razão apresenta de um dado fenómeno, é a verdadeira: ela é também o ponto de partida e a norma das explicações racionais. [...]

O outro limite da razão no campo das ciências é determinado pela possibilidade de deduzir os primeiros princípios. Os princípios que constituem o fundamento do raciocínio escapam ao raciocínio, o qual não se pode demonstrar nem refutá-los. Os cépticos que procuram confutá-los não o conseguem. (pp. 94-95)



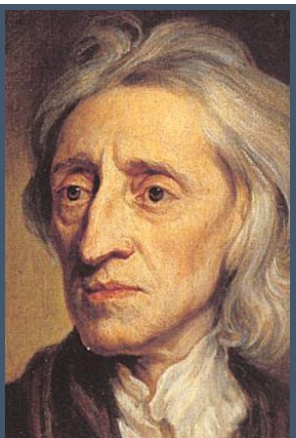
Espinosa

Cota: 1(09) ABB



Espinosa conclui a primeira parte da sua *Ética* com uma negação categórica da vontade humana. Nada existe no mundo que não derive de um aspecto necessário de Deus e que, portanto, não seja intrinsecamente determinado. O homem julga-se liberto porque é consciente da sua vontade mas ignora a causa que a determina; ora, esta causa é o próprio Deus, que determina a vontade humana, como todos os outros modos de ser, necessariamente. Nenhuma diferença existe sob esse aspecto entre o homem e a natureza. Tudo é necessário num como noutra. A propósito disto, Espinosa faz uma crítica radical ao finalismo, crítica cuja conclusão é assaz simples: não existem fins nem para o homem, nem para a natureza. Admitir na natureza causas finais é um preconceito devido à constituição do intelecto humano. Os homens pretendem todos agir com vista a um fim, isto é, a uma vantagem ou a um bem que desejam obter. E uma vez que encontram à sua disposição um certo número de meios para obterem os seus fins (por exemplo, os olhos para ver, o sol para iluminar, as ervas e os animais para se alimentarem, etc.) são levados a considerar as coisas naturais como meios para a obtenção dos seus fins. (pp. 107-108)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.^a ed.) (Vol. 6). Lisboa: Presença.



John Locke

Cota: 1(09) ABB



O que em primeiro lugar distingue Locke de Descartes é o seu conceito de razão. Para Descartes a razão é uma força única, infalível e onipotente: única, porque igual em todos os homens e possuída por todos na mesma medida; infalível, porque não pode enganar-se se seguir o seu método, que é único em todos os campos das suas possíveis aplicações: onipotente, porque extrai de si mesma o seu material e os seus princípios fundamentais, que lhe são «inatos», isto é, constitutivos. Para Locke, que se inspira em Hobbes, a razão possui nenhum destes caracteres. A unidade da razão não é dada nem garantida mas há que formá-la e garanti-la através de uma adequada disciplina. «Há uma grande variedade visível entre as inteligências humanas», dizia Locke na *Condição do intelecto*, «e as suas constituições naturais estabelecem, a este respeito, uma diferença tão grande entre os homens que a arte e o engenho nunca a poderão eliminar» (*Conduct*, § 2). (p. 161)



Immanuel Kant
Cota: 1(09) ABB



Que haja conhecimentos independentes da experiência é um facto, segundo Kant. Todo o conhecimento universal e necessário é independente da experiência, dado que a experiência, como Hume e Leibniz haviam reconhecido em pontos de vista opostos, não pode dar valor universal e necessário aos conhecimentos que derivam dela. Mas o conhecimento «independente da experiência» não significa conhecimento «que precede a experiência». Todo o conhecimento começa com a experiência mas pode acontecer que não derive todo da experiência e que seja um composto das impressões que derivam da experiência e daquilo que lhe acrescenta a nossa faculdade de conhecer, por ela estimulada. Em tal caso, é necessário distinguir no conhecimento uma matéria, constituída pela ordem e unidade que a nossa faculdade cognoscitiva dá a tal matéria... (pp. 110-111)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (4.^a ed.) (Vol. 7). Lisboa: Presença.



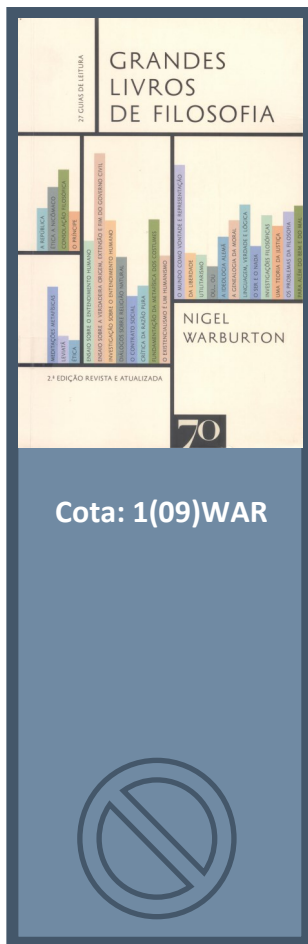
Immanuel Kant

Cota: 1(09) ABB



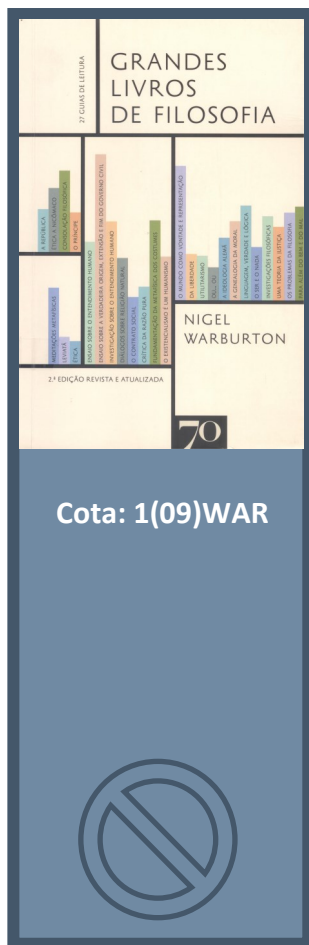
... A matemática e a física pura (os princípios da física newtoniana) contêm indubitavelmente verdades universais e necessárias, portanto independentes da experiência. Efetivamente contêm juízos sintéticos a priori: sintéticos, no sentido do que neles o predicado acrescenta algo de novo ao sujeito (o que não acontece nos juízos analíticos); a priori, porque têm uma validade necessária que a experiência não pode dar. Ora o primeiro problema de uma crítica da razão pura é ver como são possíveis os juízos sintéticos a priori – o que equivale ao problema de saber como é possível uma matemática e uma física pura. A crítica da razão pura deve alcançar e realizar a possibilidade fundamentadora da ciência, do autêntico saber humano. É evidente que esta possibilidade não pode ser reconhecida na matéria do conhecimento, constituída pela multiplicidade desordenada e amorfa das impressões sensíveis. Deve ser, pois, reconhecida na forma do conhecimento, isto é, nos elementos ou funções a priori que dão ordem e unidade a essas impressões... (p. 111)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (4.^a ed.) (Vol. 7). Lisboa: Presença.



Mill é um defensor apaixonado da liberdade de expressão. O filósofo argumenta que o pensamento, o discurso e a escrita só deveriam ser censurados quando existe um risco claro de incitamento à violência. O contexto em que as palavras são proferidas ou escritas pode afetar a sua perigosidade. Tal como Mill sublinhou, seria aceitável publicar num jornal a posição de que os negociantes de milho fazem os pobres passar fome. No entanto, se as mesmas palavras fossem dirigidas a uma multidão em fúria, à porta da casa de um negociante de milho, haveria boas razões para silenciar quem as proferia. O risco elevado de provocar tumultos justificaria a intervenção... (p. 201)

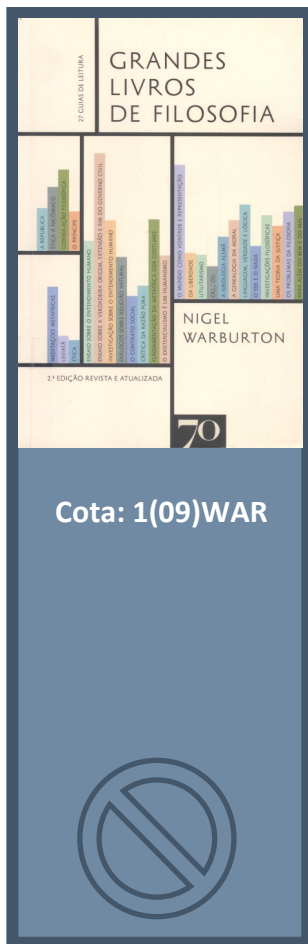
Warburton, Nigel (2013). *Grandes livros de filosofia* (2.ª ed.). Lisboa: Edições 70.



... Os debates atuais acerca da liberdade de expressão estão muitas vezes centrados na pornografia ou no racismo, enquanto para Mill, que escrevia no século XIX, a principal preocupação dizia respeito à escrita e ao discurso que criticavam posições religiosas, morais e políticas ortodoxas. O filósofo acredita que se causa um dano maior ao abolir um ponto de vista, mesmo que se trate de um ponto de vista falso, do que autorizar que esse ponto de vista seja livremente expresso. Na obra *Da Liberdade*, Mill apresenta uma justificação detalhada para esta atitude.

Se alguém exprime uma opinião controversa, duas possibilidades básicas se apresentam: essa posição pode ser verdadeira ou falsa... (pp. 201-202)

Warburton, Nigel (2013). *Grandes livros de filosofia* (2.ª ed.). Lisboa: Edições 70.



... Existe, ainda, uma terceira possibilidade menos óbvia, a de que esse ponto de vista, ainda que falso, contenha um elemento de verdade. Mill considerou cada uma destas possibilidades. Se a opinião for verdadeira, a sua eliminação implica negar aos indivíduos a oportunidade de se libertarem de um erro. O filósofo parte do princípio de que a verdade é sempre melhor do que a falsidade. Se a opinião for falsa, silencia-la sem permitir que se expresse impede a possibilidade de apresentar uma refutação pública dessa opinião, por meio da qual, acredita Mill, a verdade seria considerada a vencedora no embate com o erro. Assim, por exemplo, Mill toleraria a expressão de opiniões racistas, desde que não incitassem à violência, por permitirem a apresentação de uma refutação pública que demonstraria a sua falsidade (pressupondo que se tratava de opiniões, de facto, falsas). (p. 202)

Warburton, Nigel (2013). *Grandes livros de filosofia* (2.ª ed.). Lisboa: Edições 70.



... Deste modo, a filosofia não é mais que a elaboração de conceitos. Como tal, deverá, em primeiro lugar, dirigir-se diretamente a todos os objetos quaisquer que sejam (a natureza ou o eu, a arte ou o estado), sem se preocupar em incluí-los no eu ou em qualquer outra misteriosa intuição; e, em segundo lugar, deve levar os conceitos à forma de clareza e de distinção que se torna explícita nos juízos e fornecer as regras de unificação dos próprios juízos dentro do esquema silogístico. Da filosofia faz parte integrante, portanto, a lógica, que estabelece os preceitos mais gerais, para separar, ordenar e unir os conceitos, que é a propedêutica geral de qualquer ciência. A lógica de Herbart é a lógica tradicional, aristotélica-escolástica, com algumas influências kantianas. A advertência fundamental que a ela preside é a de que nela os conceitos não valem nem como objetos reais, nem como atos do pensamento, mas simplesmente em relação àquilo que, mediante eles, é pensado, ou seja, em relação à sua referência objetiva. (p. 129)

Abbagnano, Nicola (2000). *História da filosofia* (5.^a ed.) (Vol. 8). Lisboa: Presença.

History of Philosophy
without any gaps

Buy the book

All Episodes

Classical ▾

Later Antiquity ▾

Islamic World ▾



Episodes

Blog posts

Comments

Twitter

History of Philosophy without any gaps
Kings Collage London
[clique na imagem para aceder ao recurso]



History of Philosophy
without any gaps

Home

All Episodes

Classical ▾

Later Antiquity

All Episodes

All episodes published so far are listed below, or for lists of episodes relevant introductory pages:

Episodes 1 - 14: The Presocratics



- 1 - Everything is Full of Gods: Thales
- 2 - Infinity and Beyond: Anaximander and Anaximenes
- 3 - Created In Our Image: Xenophanes Against Greek Religion
- 4 - The Man With The Golden Thigh: Pythagoras

History of Philosophy without any gaps
Kings Collage London
[clique na imagem para aceder ao recurso]





Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, Cantanhede, 2017